

HABEAS CORPUS Nº 502.136 - MG (2019/0093622-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
NEUSA GUILHERMINA LARA - MG079505
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WILSON MARCOS DE CARVALHO JUNIOR (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WILSON MARCOS DE CARVALHO JUNIOR apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Embargos Infringentes n. 1.0702.16.006872-3/003).

Depreende-se dos autos que, unificadas as penas impostas ao paciente, considerou-se, como data-base para futuros benefícios, o dia da última prisão.

O Tribunal de origem, no agravo em execução, reformou a decisão e considerou a data do trânsito em julgado da última sentença o marco inicial.

Eis a ementa do acórdão atacado:

EMENTA: EMBARGOS INFRINGENTES. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA NOVA CONDENAÇÃO. EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

Unificadas as penas, o marco inicial para a concessão de futuros benefícios na execução passa a ser a data do trânsito em julgado da última condenação, independentemente se o crime foi praticado antes ou após o início do cumprimento da reprimenda.

No Superior Tribunal de Justiça, aduz a Defensoria Pública que, "*considerar a data de prolação da decisão de unificação como marco temporal para início da contagem do tempo para o direito a progredir de regime, como no caso em tela, é simplesmente desconsiderar o período de pena cumprida no regime fechado*" (e-STJ fl. 7).

Requer, ao final, o reconhecimento do dia 8/9/2014, data da última

prisão, o marco inicial para a aquisição de benefícios na execução penal.

É, em síntese, o relatório.

Verifica-se, de plano, que a orientação firmada pelo Tribunal de origem diverge do entendimento adotado pela Terceira Seção desta Corte, no bojo de recurso especial representativo da controvérsia (RESp n. 1.753.512/PR), a evidenciar que o paciente está submetido a constrangimento ilegal.

Em julgamento finalizado na sessão do dia 22/2/2018, a Terceira Seção, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.557.461/SC, da relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, já havia alterado o entendimento antes prevalente, para concluir que a superveniência do trânsito em julgado da sentença penal condenatória não serve de marco inicial para a concessão de novos benefícios na execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena **desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar**, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.

A propósito, confira-se a íntegra da ementa do mencionado acórdão:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios

executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido (DJe de 15/3/2018, grifei).

Como bem asseverado no julgado acima referido, caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus consectários legais já repercutirão no bojo do cumprimento da pena. No entanto, a unificação das penas em razão da superveniência de condenação – embora permita ao magistrado a soma das reprimendas e a adequação do regime de cumprimento da pena – não permite a alteração do marco para concessão de benefícios executórios, por ausência de respaldo legal.

Ante o exposto, **concedo liminarmente a ordem** para determinar ao Juízo da execução que promova novo cálculo de pena, considerando, como marco interruptivo para concessão de novos benefícios, a data do último recolhimento do paciente, ressalvada a possibilidade de alteração do termo em decorrência da prática de falta grave, desde que observadas, nessa hipótese, as Súmulas n. 441 e 535/STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator